

CÂNONE LITERÁRIO E O LUGAR DAS MULHERES NA LITERATURA BRASILEIRA OITOCENTISTA.

LITERARY CANON AND THE PLACE OF WOMEN IN THE OITOCENTIST BRAZILIAN LITERATURE.

Cristiane de Paula RIBEIRO*

Resumo: O presente trabalho objetiva abordar o apagamento feminino na edificação do cânone literário e os condicionamentos históricos que propiciaram isso, no qual muitas mulheres permaneceram no anonimato histórico, utilizando-nos dos aportes dos estudos de gênero. Para tal, partimos de uma obra sob autoria feminina de Anna Rosa Termacsics dos Santos, intitulada *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, que permaneceu totalmente desconhecida nos estudos históricos. Tal autora utilizou-se da literatura como forma de reivindicar direitos negados historicamente ao seu sexo, desde os educacionais até os políticos, peculiaridades de relevância social e política para os novos estudos que pensam a representação da mulher.

Palavras-chave: Cânone literário; Literatura feminina; Gênero; Direitos femininos.

Abstract: The present work aims to address the female erasure in the construction of the literary canon and the historical conditionings that propitiated this, in which many women remained in historical anonymity, using the contributions of gender studies. For this, we start with a work under the feminine authorship of Anna Rosa Termacsics dos Santos, entitled *Treatise on the Political Emancipation of Women and Right to Vote*, which remained totally unknown in historical studies. This author has used literature as a way of claiming rights denied historically to her sex, from the educational to the politicians, peculiarities of social and political relevance to the new studies that think the representation of the woman.

Keywords: Literary Canon; Women's literature; Genre; Women's rights.

Introdução

O intuito desse trabalho é abordar história e literatura enquanto fundamentais para repensarmos o lugar das mulheres nos processos históricos passados, e as intersecções que devem ser utilizadas, mais especificamente durante o contexto do século XIX. Para isso nos integramos aos trabalhos que se aventuram pela temática do gênero, em seus mais diversos campos, utilizando-se dessa categoria de análise, para pensar diversas outras questões.

* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: crisdepaularibeiro@hotmail.com.

Nosso problema de pesquisa surgiu, diante de uma descoberta, a existência de uma obra publicada no Brasil oitocentista por uma mulher comum, sem grandes privilégios aristocráticos, Anna Rosa Termacsics dos Santos, que escreve aos seus 47 anos uma obra intitulada *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, no qual o próprio título torna-se instigante ao pensarmos o ano de sua publicação.

A autora em questão elaborou no correr de sua vida, propostas de mudanças para a vida das mulheres, confrontando diretamente toda a estrutura dominante e patriarcal a que seu sexo estava sujeito, principalmente, através do sistema político vigente, questões de gênero que nos ajudam a pensar sobre a situação em que as mulheres se encontravam. Sua obra foi posta para venda nos principais periódicos da corte, *Jornal do Comércio*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil*, *Diário de Notícias*, entretanto, pouco sabemos de sua real recepção, muito menos sobre o reconhecimento da autora no mundo das letras, logo que, seu nome não apareceu nos principais dicionários de mulheres ilustres¹²daquele contexto.

Nesse meio, torna-se de suma importância, utilizar das intersecções para uma análise mais precisa. Nossa autora ao escrever e reivindicar direitos utiliza-se muito da concepção do liberalismo, no qual mulheres ilustradas buscam suas liberdades e igualdades frente ao sexo masculino. O contexto que a mesma encontrava-se imersa, o Brasil oitocentista, foi um período patriarcal e escravocrata, no qual mulheres pobres e negras compunham um grande número populacional. As pautas abarcadas por Anna, que trabalhou com a concepção de "mulheres" como um conjunto homogêneo não pensava em categorias subalternas e marginalizadas naquela sociedade. Ser mulher e ter direitos eram concepções pensadas para aquelas que possuíssem características ilustradas e letradas, ou seja, parte mínima da população.

Diante disso, a proposta de pensar os clássicos femininos do século XIX brasileiro, perpassou e ainda perpassa uma literatura feita por mulheres brancas, devido, sobretudo, ao anonimato em que permanecem muitas mulheres de classes subalternas. Maria Firmina dos Reis é uma das poucas escritoras negras, lembrada por seus escritos e que foi resgatada em estudos datados em meados do século XX, com a descoberta de seu romance *Úrsula*.

O que era preciso para se tornar um clássico ou um cânone literário? O que tornava alguns livros mais renomados do que outros? E como isso continuou nos séculos posteriores? De acordo com Ítalo Calvino: "Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo

que tinha para dizer” (CALVINO, 1993, p.11). Pegando o escrito do autor, será que poderíamos dizer que as mulheres, ainda, não têm muito para dizer? Suas reivindicações, que foram sendo escritas desde o século XVIII, foram alçadas totalmente? Quantos cânones femininos são hoje lembrados? Quantas mulheres de classes mais abastadas e com recorte de raça são reconhecidas para além de Firmina?

Tais questões foram fundamentais para nortear todo o nosso trabalho, que se encontra voltado para a formulação de críticas ao cânone literário e ao esquecimento das mulheres, que ainda têm permanecido no anonimato histórico. Quem não se lembra de Cervantes, Heródoto, Tucídides, Balzac, Rousseau, Maquiavel, Karl Max, Guimarães Rosa, Machado de Assis, Proust, Jorge Amado, José de Alencar, Casimiro de Abreu, Lima Barreto, Gabriel Garcia Marquez? A partir de alguns nomes citados, pode-se perceber que, o cânone literário que prevalece é o masculino. A palavra cânone é advinda do grego ΚΑΝΟΝ e do latim CÂNON, tendo o significado de regra, com o passar do tempo se re-significou, adquirindo um sentido específico, conjunto de textos autorizados modelares que eram escritos por autores (quase nunca por autoras).

Desde a construção da obra através da escrita, até a sua edição e impressão pelas tipografias ou livrarias, ela perpassa por diferentes processos, e ao ser colocado para circulação, nas palavras de Roger Chartier, são multiplicadas e assim, podem vir a modificar formas de pensamentos, redes de sociabilidades e transformações no poder, nos fazendo perceber o texto como construções de sentidos, dados através de apropriações distintas de leitura (CHARTIER, 1991). Nesse sentido, em meio às proposições feitas pelo autor, no que tange a história da escrita e da leitura, é fundamental pensarmos as obras literárias que obtiveram grande circulação em seus contextos passados enquanto textos na busca por uma legitimação no campo literário. Para isso, deve-se dar atenção para a relação dos sinais ou signos emitidos por eles, que contam com convenções literárias aceitas, e o "horizonte de expectativa" ³ do público a que se dirigiam.

Em meio a tudo isso, a aceitação se deu durante muito tempo apenas no campo dos homens, ser escritor era uma profissão masculina, as mulheres que se arriscaram por tal terreno ficaram em grande medida, negligenciadas. Suas obras, na maioria das vezes, vinham assinaladas sob pseudônimos, muitas vezes até mesmo masculinos⁴. Tal prática se dava como

uma forma de aceitação e legitimação para os seus escritos, uma vez que o mundo das letras e as mulheres não pareciam ser compatíveis.

A representação feminina no mundo literário se dava através de escritos masculinos, ou seja, escritores renomados e com prestígio social trabalhavam personagens femininas, reforçando papéis de mulheres doces, ternas, domésticas, mães, etc., alguns exemplos podem ser vistos em obras como: *Helena*, *Iaiá Garcia*, ambas de Machado de Assis e *A Moreninha* de José de Alencar.

Dito isso, cabe levantarmos alguns questionamentos: percebemos que a literatura clássica, alguns exemplos elencados no início deste trabalho, foi (e ainda em certa medida é) masculina, os cânones literários permanecem sendo os homens, perpetuando suas escritas com o passar dos séculos. Obras de homens letrados, considerados desde sempre como portadores do conhecimento, únicos com o intelecto capaz para a escrita, ficando as mulheres excluídas.

Por que ainda hoje, em pleno século XXI, os grandes clássicos ainda permanecem majoritariamente masculinos? Onde estiveram as mulheres presentes? Não existem clássicos de autoria feminina? O que contribuiu para que as perpetuações dos clássicos excluíssem as mulheres? Questões que muito nos indagaram e nortearam nossas formulações desenvolvidas neste trabalho.

Gênero, Literatura e História

Sinto como historiadora e como mulher, que esta história perdida precisa ser recobrada. As mulheres devem ter sua história. As corajosas pioneiras feministas do Brasil do século XIX e suas sucessoras precisam ser conhecidas por esta geração. [...] resgatar parte da obra dessas esquecidas e, principalmente, mostrar que, apesar da ausência desses nomes nas histórias literárias do século XX, elas existiram e foram atuantes, a seu modo, em sua época. (MUZART, 2010, p.19)

Zaihdé Lupinacci Muzart foi uma pesquisadora importante no que se refere ao resgate de obras literárias de autorias femininas no Brasil do século XIX. Através de seu incessante trabalho, várias escritoras mulheres foram resgatadas e publicadas para serem lidas, obras que circularam em sua grande maioria, no contexto de Machado de Assis, José de Alencar, Lima Barreto, dentre vários. Cabe um adendo na citação de Zaihdé, uma vez que bem anterior ao século XIX, as mulheres vinham escrevendo obras que permaneceram esquecidas e postas à

margem na edificação do cânone literário, não só no Brasil, mas por todo o mundo, pelos mais diversos fatores.

Apesar de toda a marginalidade frente ao tema "mulher e literatura", tanto pela História como para os Estudos Literários, foram inúmeros os escritos femininos presentes nos séculos passados, tendo a imprensa, inicialmente, papel fundamental para ceder espaço para essas vozes subversivas que queriam ser ouvidas. Imerso a isso, desde a década de 1970, influenciado pelos estudos de gênero que emergem então, muitas intelectuais têm se empenhado nos estudos de obras sob autorias femininas, fazendo um incessante trabalho em bibliotecas e acervos, com o intuito de resgatá-las. Aqui, deve ser destacado o trabalho desenvolvido por Muzart, em três edições (MUZART, 1999), *Escritoras brasileiras do século XIX*, que contém dezenas de mulheres que estiveram presente no mundo das letras por todo o Brasil oitocentista. De acordo com Maria Conceição Pinheiro Araújo:

É evidente a contribuição de ZahidéMuzart para a rearticulação de uma sociedade na qual as diferenças possam ser respeitadas, enquanto identidades diversas e múltiplas, e onde elas possam emergir enquanto elemento contestador do discurso totalizante. A relevância dessa obra reside no fato de propiciar um espaço dentro da literatura para a produção literária feminina do século XIX. A visibilidade das novas vozes registra a vida cultural por um outro viés, diferente do estabelecido pelo olhar exclusivamente masculino. Os estudos arqueológicos de recuperação da história silenciada da produção feminina e a leitura aprofundada das obras das escritoras revelam a contribuição delas ao ambiente social, cultural e político no tempo em que viveram. (ARAÚJO, 2008, p.40)

A partir dos trabalhos que tiveram como intuito, resgatar os escritos de mulheres nos séculos passados, nota-se que muitas mulheres conseguiram romper com as imposições e insubordinações a que seu sexo era imposto, colocando suas ideias em circulação e formulando um "outro" discurso frente ao hegemônico. Nosso trabalho, objetiva nesse sentido, trazer à tona mais uma escritora, que até o presente momento, permaneceu no anonimato histórico, abordando sua trajetória enquanto fundamental para pensar o tema "mulher e literatura" imerso nas novas discussões historiográficas.

Quantas autorias femininas passaram e passam por desconhecidas? E porquê? A resposta talvez esteja relacionada a uma construção de gênero desigual sob o cânone literário, que tem sido historicamente e hierarquicamente legitimada por uma relação de poder,

existente entre homens e mulheres. O cânone literário foi produzido e institucionalizado sob a égide do poder, um discurso falocêntrico que perpassou os séculos.

A *Academia Brasileira de Letras*, fundada em 1897, foi uma instituição de grande prestígio social, que em seu surgimento contou apenas com membros masculinos. É interessante notar, que já nos anos finais do século XIX, a não aceitação de mulheres como membros de tal, constitui-se como um dos fatores determinantes para a perpetuação de uma exclusão feminina do cânone literário brasileiro. Ainda cabe levantar que, uma mulher esteve presente enquanto idealizadora para criação da ABL ainda nos oitocentos, Júlia Lopes de Almeida, entretanto foi barrada e seu marido ocupou a cadeira, pois os membros optaram por manter a academia exclusivamente masculina.

O papel assumido por Júlia Lopes de Almeida corrobora com atuações de mulheres que a precederam. Foram inúmeros os nomes femininos encontrados em publicações da imprensa periódica, além dos diversos pseudônimos e anonimatos que foram utilizados. Tal prática foi analisada por pesquisadores (as), como uma prática de legitimação de escritos, que eram negligenciados e inferiorizados por muitos leitores, até mesmo leitoras. Ainda em meados dos oitocentos, mulheres já vinham criticando o mundo das letras e os intelectuais presentes neste, como no exposto caso. Anna Rosa, em toda sua argumentação, buscou criticar esse meio que não levavam em conta os escritos femininos, que existiam desde os séculos passados, produzidos em grande excelência.

As concepções de escrita feminina sofriam embates no seu próprio meio, no qual muitas mulheres acreditavam que a submissão a que estavam impostas era um destino natural e divino. A construção da hierarquia social que estava posta na sociedade vinha sendo construída por séculos, e por isso, a legitimação por sujeitos, tanto masculinos como femininos, era algo muito presente na sociedade de corte oitocentista. Segundo Anna Rosa Termacsics dos Santos tal fato se dava pois:

Não há mulher alguma que não deseje a liberdade; se ella não manifesta esse desejo, é porque não se quer comprometter com aquelles de quem depende: sua posição é igual à dos trabalhadores e rendeiros que votam contra seus interesses, para agradarem a seus patrões, com a addição que ás mulheres se prega desde a infância a submissão, como um atractivo e graça do seu character. (SANTOS, 1868, p.82)

A dependência abarcada nos escritos de Anna, vinha desde os séculos passados e tem relação direta com a questão financeira. Como o mercado de trabalho, na maioria das vezes, não era aberto às mulheres, e quando era, perpassava por dificuldades e mau pagamento, muitas eram obrigadas a permanecer sob a égide masculina, pais e maridos respectivamente.

Os escritos de Anna Rosa Termacsics dos Santos servem-nos enquanto fontes de valor inigualáveis para uma compreensão histórica sobre a sujeição que as mulheres permaneceram durante o século XIX. Como um impresso, cabe vangloriarmos o papel assumido por tais no contexto em análise, que ao divulgarem escritos femininos, contribuíram para a formação de redes de mulheres, tanto escritoras como leitoras, compartilhando angústias, anseios, desejos, insatisfações, etc., questões estas, interligadas ao gênero e que por décadas não alçaram interesse histórico.

Afinal, quais foram às principais contribuições do gênero nos estudos históricos? Nas últimas décadas, principalmente a partir de 1970 e 1980, eles têm ganhado espaço significativo nas Ciências Humanas, no qual vários questionamentos vêm sendo postos, tendo como principal intuito, questionar o sujeito humano universal e a produção do conhecimento em cima deste. De acordo com a historiadora brasileira Margareth Rago:

É ao longo da década de 1980, porém, que emerge o que se poderia considerar uma segunda vertente das produções acadêmicas sobre as mulheres. Aí floresce um conjunto de estudos preocupados em revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista. Confere-se um destaque particular à sua atuação como sujeito histórico e, portanto, à sua capacidade de luta e de participação na transformação das condições sociais de vida. (RAGO, 1995, p.82)

A caracterização das mulheres enquanto sujeitos históricos, com atuações e particularidades próprias, servem-nos para repensar as histórias, utilizando muitas vezes da mesma fonte, os (as) historiadores são capazes de dar novas abordagens, na qual mulheres aparecem e suas histórias passam a ser valorizadas. Margareth Rago nos aponta que:

Não é demais reafirmar que os principais pontos da crítica feminista à ciência incidem na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista: o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença. Em outras palavras, atacam as feministas, os conceitos com que trabalham as Ciências Humanas são indenitários e, portanto, excludentes. Pensa-se a partir

de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência. Da mesma forma, as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas, o mundo privado sendo considerado de menor importância frente à esfera pública, no imaginário ocidental. (RAGO, 1998, p.04)

Diante dos novos sujeitos, no caso as mulheres, muitas abordagens têm sido feitas, no qual o sexo feminino aparece enquanto sujeito ativo. Na literatura, novas obras têm sido descobertas, com conteúdo que nos permitem compreender várias questões referente aos contextos de publicação, inclusive apontamentos sobre as vivências de suas autoras. Fontes inigualáveis para pensar os estudos de gênero.

Alguns exemplos já bastantes conhecidos são: *Delphine* (1802) e *Da Alemanha* (1810), ambos da francesa Madame de Stael; *A cabana do Pai Tomás* (1850) da americana Harriete B. Stowe; *Úrsula* (1859), primeiro romance escrito por uma mulher negra no Brasil, a maranhense Maria Firmina dos Reis; *Reivindicação das mulheres e injustiças dos homens* (1832), *Conselhos a minha filha* (1842), *Opúsculo Humanitário* (1853) e *A Mulher* (1859), ambos de autoria de Nísia Floresta.

As autoras elencadas acima são lembradas para além de seus escritos, foram mulheres que "ousaram" romper com a desigualdade de gênero historicamente construída, em que eram excluídas do acesso ao conhecimento e a literatura. Madame de Stael foi uma francesa perseguida por Napoleão por sua escrita, tendo que se exilar da França, suas obras são consideradas o marco do Romantismo. Harriete Beecher Stowe foi uma escritora e abolicionista americana, que escreveu diversas obras, na qual obteve recorde de vendas com *A Cabana do Pai Tomás* (STOWE, 1852); parte do dinheiro arrecadado, a autora doou para escolas de ensino feminino que começam a se expandir no período⁵. Maria Firmina dos Reis foi uma maranhense considerada pioneira na literatura de mulheres negras no Brasil, é conhecida principalmente pelo seu romance *Úrsula*, que contém subjetividades enquanto sua condição de mulher negra e nordestina. Nísia Floresta também foi um marco nessa literatura que vinha se preocupando com a situação da mulher durante o século XIX no Brasil, sua vida é marcada pela perda e por desafios, principalmente na criação de seus filhos e com os cuidados de sua mãe, ficando viúva de seu segundo casamento muito nova (DUARTE, 1995).

Anna Rosa Termacsics dos Santos: o resgate de uma escritora que permaneceu no anonimato nos séculos passados.

É necessário que derrubemos esta opinião, que a mulher é inferior ao homem. (SANTOS, 1868, p.76)

Os apontamentos até agora expostos, nos levam a uma necessidade de rever os clássicos literários, principalmente, nos projetos voltados para dar visibilidade às mulheres na literatura. No contexto oitocentista, muitas foram influenciadas por escritos precedentes, como os da inglesa Mary Wollstonecraft e das francesas Olympe de Gouges e Madame de Staël, todas escritoras iluministas que conseguiram inserir seus escritos no espaço público, chegando suas influências no Brasil.

A Academia tem hoje, se preocupado em buscar trazer à tona questões antes ignoradas, resgatando a memória e as obras de diversas autoras femininas, buscando assim, dar voz aos grupos subalternos, reflexos dos estudos de gênero. Não só na história, mas também na literatura, a preocupação tem sido formular uma crítica no resgate de diversas escritoras que poderiam ser lembradas por suas produções, mas que são desconhecidas no mundo literário.

Muitos trabalhos foram feitos com esse intuito, principalmente na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Santa Catarina, juntamente com a professora Zaihdé Luppinaci Muzart, já elencada anteriormente, que fundou e esteve à frente da *Editora Mulheres*, uma editora que teve como principal tarefa, a reimpressão de obras de autoras femininas que foram escritas no passado, sobretudo no século XIX, publicando assim, obras de Nísia Floresta, Ignez Sabino, Maria Firmina dos Reis, Josephina Álvares Azevedo e diversas outras. O objetivo da mesma era o de dar visibilidade para os escritos de mulheres, que permaneceram séculos na margem histórica e literária.

Entretanto, muito esforço ainda tem sido empreendido, vários (as) intelectuais têm buscado trabalhar questões que contribuam para isso, tendo em vista que possivelmente, existiram mulheres diversas nesse meio, como no presente caso. Partimos de uma obra, *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, publicada no Rio de Janeiro no ano de 1868 sob o anonimato A.R.T.S., iniciais de Anna Rosa Termacsics dos Santos, escritora feminina que teve vários escritos esquecidos pela literatura, sendo seu nome

totalmente desconhecido e com grande dificuldade de acesso a informações que nos levem a sua trajetória intelectual no Brasil do século XIX.

Um dos exemplares que se perpetuou de sua obra encontra-se hoje, no acervo da *Biblioteca Brasileira Mindlin e José Guita*, da Universidade de São Paulo, sendo desconhecida tanto pela História quanto pela Literatura. Outro também foi localizado por nós, e encontra-se na *British Library*, em Londres, adquirida em 1869 pela instituição⁶, ou seja, um ano após sua publicação no Brasil.

A descoberta da obra localizada num dos acervos da Universidade de São Paulo⁷, se deu através de uma publicação feita pelo blog da instituição⁸, que não conhecia a identidade da autora até a nossa descoberta. No que tange a *British Library*, tal obra encontra-se digitalizada e disponível para acesso em seu acervo on-line, porém, também, nada se sabe sobre sua autora.

Anna Rosa Termacsics dos Santos (1821-1886) foi uma estrangeira húngara, que se muda para o Brasil aos sete anos com sua família, aqui fixando e residindo até sua morte. Foi uma mulher com particularidades específicas, solteira, independente e imersa em uma classe social modesta, no qual pode ser destacada sua vida simples, residindo em locais pequenos e, sempre buscando empregar-se como forma de sobrevivência e reconhecimento social.

Como qualquer sujeito, sua vida foi marcada por ambiguidades e tal fato é de suma importância para pensarmos e refletirmos sobre questões ditadas pela lógica do presente, principalmente sobre o movimento feminista e suas bandeiras de defesa, que ainda carregam muitos resquícios de processos passados.

Os nossos personagens de pesquisa aparecem para nós, enquanto algo que buscamos constantemente decifrar, algumas vezes ficamos felizes outras profundamente irritadas. Ao mesmo tempo em que a descoberta de Anna, uma mulher solteira, de classe modesta, estrangeira, e com ideias tão instigantes, que são de grande relevância ainda hoje, nos coloca num debate por igualdade e direitos, sejam de classe, gênero ou raça, presente em um período, muitas vezes inimagináveis; ela também nos passa outras atuações suas, carregadas de contradições. Tal escritora, em alguns momentos de sua vida, foi condizente para a perpetuação de grandes mazelas sociais oitocentistas, como por exemplo, a escravidão. Encontramos a mesma anunciando na imprensa periódica, venda de escrava e filhas e constantemente buscando serviços de pretos e pretos.

VENDE-SE uma preta perfeita cozinheira, lavadeira e engomadeira, sabendo fazer doces, aprontar um chá, etc., com duas filhas, uma parda de 12 para 13 anos, a qual sabe coser e engomar sofrível, e uma negrinha de 7 para 8 anos; para ver e tratar, na rua dos Inválidos, n.57, casa particular. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1857, edição 88)

O anúncio faz referência ao endereço de morada de Anna Rosa em 1857, Rua dos Inválidos, n.57; novamente, anos mais tarde, em 1864, ainda aparece: “Vende-se uma pardinha de 14 anos de idade, perfeita cozinheira do trivial de uma casa, não se vende a negociante; para tratar, na Rua das Flores, n.48”, que aparece em outro logradouro de sua morada, Rua das Flores, n.48.

No decorrer de sua escrita, ela buscou criticar a escravidão como uma "mancha" para um país que dizia ser civilizado. Porém, nota-se em toda sua argumentação, uma separação clara entre a mulher e a mulher escrava, o "eu" e a “outra”, ou seja, mulheres como Anna Rosa buscavam direitos para aquelas que fossem iguais a ela e não para escravas analfabetas, que viviam em condições precárias de sobrevivência. Nesse trecho, pode-se perceber tal fato: "Diz-se que as mulheres são companheiras e não são escravas; que união pode existir n'esta sociedade, que elle pode fazer o que quer e impedir o que queremos" (SANTOS, 1868, p.71-72)

Possuir escravas e escravos era uma prática comum para aquela sociedade, que esteve muitas vezes ligado a questões financeiras. Apesar de aparecer criticando a escravidão, ela não se caracteriza enquanto abolicionista e através de suas atuações percebe-se que, mesmo não estando imersa numa classe privilegiada, ela conseguiu algumas escravas para lhe servir. Como no decorrer de sua vida ela esteve residindo sozinha, talvez para além dos serviços, a escolha por escravas estaria relacionada à necessidade de companhia, uma vez que a mesma escrava aparece constantemente posta para aluguel nos jornais.

Além de ter sido uma escritora, Anna Rosa também foi professora de piano, canto e idiomas, profissão que ela usou como forma de buscar ser reconhecida socialmente, anunciando seus serviços a partir de 1850 até meses antes de sua morte em 1886⁹. Através de seus serviços como musicista e professora de línguas, ela possivelmente conseguia recursos para a aquisição de escravas, entretanto sua vida também foi marcada por altos e baixos, no qual em alguns anos, além de não possuir escrava nenhuma, ela também se oferece para serviços em casas de famílias.

Como uma mulher letrada, com grande conhecimento de questões sociais e políticas de seu tempo, como são perceptíveis em sua escrita, sua instrução deve ser-nos um ponto importante, no qual é interessante notar, que a mesma declara ter frequentado colégio apenas um ano de toda sua vida. Como então, uma mulher que não esteve inserida em famílias aristocráticas, conseguiu desenvolver ideias tão pertinentes para a condição que o seu sexo estava subordinado, utilizando de um conhecimento aprimorado e com apropriações diversas e internacionais? Um ponto peculiar e interessante, inserindo o debate por direitos femininos, em classes de mulheres comuns, não apenas em literatas da elite, como tem sido trabalhado.

A sua instrução merece ser destacada, apesar de não ter sido aluna de colégios, sejam públicos ou privados, Anna Rosa sempre se preocupou com sua formação intelectual, características advindas de sua própria família, descrita como portadora de conhecimentos literários e políticos¹⁰. Seu conhecimento é resultado de leituras diversas e de sua permanência em bibliotecas públicas, local em que se encontrava grande parte de seus dias.

Minhas irmãs, eu que fallo por experiência própria n'esta matéria, declaro que a mim mesmo me eduquei, a não ser um anno que estive em um collégio; a instrução que tenho adquirido é das livrarias públicas e do estudo da natureza humana, o desenvolvimento do espirito immortal, para cumprimento do destino humano. Vossa própria experiência, e o mundo em que vivemos, e pelo qual somos impressionadas, é a melhor escola, tanto para o homem, como para a mulher. A vida pratica fornece a melhor disciplina para nossas faculdades: ella nos qualifica para seguirmos a vida como a achamos, e deixamos a melhor que talvez encontrássemos. (SANTOS, 1868, p.121)

Tal fato deve ser analisado enquanto fundamental em nossa pesquisa. Muitas vezes, buscamos linearidades na vida de nossos personagens, uma mulher, escrever uma obra com ideias tão ilustradas, com certeza estaria imersa em alguma classe distinta ou de uma elite influente de seu contexto. Entretanto, nosso problema de pesquisa surge para contrapor isso, a vida de Anna Rosa foi marcada por incoerências, assim como a da maioria das pessoas, a sua não instrução, seus logradouros em imóveis pequenos e em constante mudança, assim como, sua oferta de serviço para trabalhar em casas de famílias, se submetendo a funções que extrapolavam sua profissão de musicista, são características tênues para inserir a literatura e a reivindicação por direitos, no discurso de mulheres comuns como Anna, mas que permanecem no anonimato histórico.

Nesse meio de inserção de nossa autora, o contexto oitocentista brasileiro, cabe elencarmos que o mesmo foi marcado por exclusões, sejam por questões de classe, gênero e raça, no qual apenas uma minoria se inseria no topo da pirâmide hierárquica de poder. Mulheres, negros e pobres ficavam nas camadas mais inferiores, excluídos de quaisquer direitos e participação em debates públicos. Ao inserirmos Anna enquanto uma minoria que buscava representação e participação necessitamos termos em mente as complexidades e recortes que devem ser feitos para uma melhor compreensão, sobretudo pelo fato abordado anteriormente dela ter sido proprietária de escrava.

Ao utilizarmos do termo "mulher" não podemos homogeneizá-lo, uma vez que o mesmo designa mulheres diversas, sejam da elite, com condições mais modestas, escravizadas, libertas, indígenas, comerciantes, etc., o que nos impossibilita uma análise geral e sim, pensando nas especificidades e intersecções que iremos utilizar. Apesar de suas incoerências enquanto mulher comum, a mesma não pode ser caracterizada enquanto igual a mulheres negras, pobres e escravas, sobretudo pelo fato de sua instrução e seu meio, como já bem demonstrado.

Sua carreira literária esteve intimamente ligada a embates com intelectuais iluministas renomados, que ao proporem mudanças para as sociedades modernas, esqueceram-se de incluir as mulheres enquanto seres humanos iguais aos homens. Inicialmente, contrapõe o filósofo francês Jean Jacques Rousseau, e sua obra *Do Contrato Social*. O autor escreve, “O homem nasce livre, e por toda parte se encontra sob ferros” (ROUSSEAU, 1762), nossa escritora inicia sua obra da seguinte maneira, “A mulher nasceu livre, a mulher geme em ferros” (TERMACISCS, 1868, p.03).

Pensando nisso, deve ser destacada a concepção das mudanças advindas com a transição do Antigo Regime para o Iluminismo, no qual a Revolução Francesa torna-se marco no surgimento de conceitos como cidadão, participação política e nação. Esse período foi um dos marcos mais importante na ideia da “participação popular”. É notório elencarmos que desde então, as mulheres já se encontravam presentes, buscando serem inseridas nas reivindicações dos revolucionários, e Olympe de Gouges nos comprova isso. Sua atuação ao escrever a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, contrapondo um dos documentos mais importantes do período, a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (GOUGES,

1791), deve ser vista como fundamental para analisarmos todas as reivindicações femininas que vieram a surgir posteriormente.

Anna Rosa ao se apropriar dos autores iluministas e dos acontecimentos do contexto que antecedeu sua vida, utiliza-se de uma concepção histórica e uma preocupação constante em levantar os embates que estavam postos desde então. Nota-se que, o uso de “mulher” ao invés de “homem” por parte da autora, já nos demonstra um rompimento com sujeito humano e universal tão abordado na época, que não incluía e nem pensava nas mulheres, apenas os homens.

A liberdade expressa aos indivíduos e tão reivindicada por Rousseau, também estava exposto logo no início na escrita de nossa autora aqui no Brasil, como demonstrado, só que dessa vez, não apenas para o sexo masculino, mas também o feminino. O contato da autora com os escritos de filósofos como Rousseau pode estar relacionado ao seu interesse por leituras, sejam elas quais forem. Tal autor esteve presente em bibliotecas diversas, suas obras inclusive, obtiveram recordes de reimpressões e vendas por todo o mundo, o que explica sua circulação no Brasil do XIX.

Em sua argumentação, Anna buscou convencer seus leitores da necessidade de reivindicar a igualdade entre os sexos, uma vez que ao nascer todos os seres humanos eram iguais. Utiliza-se em sua escrita, não apenas de Rousseau, mas também de outros intelectuais iluministas, tais como, Marquês de Condorcet, Lord Byron, John Locke, Goethe, Talleyrand, Willian Godwin, Voltaire, Montesquieu, demonstrando-nos uma bagagem intelectual de leituras que deve ser valorizada e analisada enquanto central para a representação de sua escrita no Brasil de 1868 (TERMACSICS, 1868).

As propostas dos principais intelectuais iluministas visavam uma "nova era", baseada em propósitos de progresso e valoração intelectual e cultural. O intelecto deveria ser responsável por tais mudanças, e só assim, a sociedade seria melhor. Já em meados do século XIX, as críticas permaneceram, Anna critica fortemente os abusos e as exclusões que continuaram pelo mundo durante todo o correr do século, de acordo com suas palavras:

Vê-se o que prevalece no século XIX, força do corpo, força do espírito, chama-se o século da civilização: mas antes poder-se hia chamar século das injustiças e abusos de força, de pouca philanthropia, de pouca piedade, e de materialismo; em toda a parte prepondera o egoísmo individual doméstico, social e nacional. Elle é pregado como evangelho e executado como lei, é chamado boa política de uma nação forte devorar uma nação fraca, e pelos

christãos da Inglaterra e da América o saquear dos gentios e dividir suas terras, e por uma classe forte oprimir a classe mais fraca: os capitalistas arruinarem os trabalhadores, o enganador abusar da ignorância, e o rico fazer empobrecer os outros menos abastados para satisfazer sua ambição. (SANTOS, 1868, p.45)

As injustiças, não só em questões de classe, mas também raça e gênero, no qual ao levantar os abusos de poderes, podemos inserir homens aristocráticos, políticos, escravocratas, além das desigualdades construídas historicamente desde a ocupação das terras dos indígenas, fazendo uma verdadeira chacina com tal raça. O capitalismo, que vinha se tornando cada vez mais forte, ao ser uma das críticas de nossa autora, coloca-a com especificidades ainda mais interessantes, frente a um conceito de opressão capitalista que ainda era novo para a época.

Sobre a escravidão, é notória sua percepção de incômodo com o sistema escravista e não com a condição humana de escravos, muitas vezes nossa autora relativizava pontos referentes à sujeição a que aqueles sujeitos estavam impostos, que se relaciona ao fato de a mesma ter comercializado e mesmo assim reivindicar o fim da escravidão. Tal fato deve ser visto e analisado de acordo com a dinâmica sócio cultural ao contexto, tomando sempre o cuidado para nós enquanto pesquisadores e pesquisadoras históricos não cairmos no anacronismo.

Ainda deve ser destacado, que ela também, buscou em sua escrita, valorizar e vangloriar a literatura feminina, inserindo as mulheres como aptas para tal função. De acordo com suas palavras: "A litteratura das senhoras, neste século, é mais justa, mais philantropica e mais religiosa que a do homem. Não ouves o echo desta voz feminina, em várias línguas?" (SANTOS, 1868, p. 47), ou seja, por todo o mundo mulheres vinham escrevendo e sendo postas a margem literária, ficando sem reconhecimento nenhum.

Em 1868, Anna Rosa já vinha questionando o silenciamento das muitas vozes femininas que estavam presentes no mundo literário e que, devido a uma visão dominante de exclusão, que perpassava construções históricas e hierárquicas, eram postas a margem e pouco lidas. Além de lembrar-nos que muitas das mulheres literatas que conseguiram se ascender no mundo das letras deviam isso a aprovação dos homens, logo suas escritas nem sempre eram satisfatórias ao seu sexo, como se percebe: "As mulheres de grande fama litterária são as últimas a preferir a causa de um sexo, a sua própria condição social depende da opinião dos homens, por seus interesses literários e femininos [...]." (SANTOS, 1868, p.83)

A autora reforça ainda que mesmo em meio a tudo isso, muitas obras femininas estavam presentes espalhadas por bibliotecas do mundo todo:

Nós citamos somente alguns exemplos innumeráveis factos, como também indicamos as nossas leitoras a afamada obra de Pedro de Ribeiro, intitulada—*Os ImmortaesTriumphos e Emprezas* de 845 Mulheres —e a livraria do conde Feny em Pádua, em 1852 consistindo somente de trinta mil volumes escriptos por autores femininos. (SANTOS, 1868, p. 87)

Merece ser destacado que Anna Rosa faleceu aos seus 65 anos, solteira, condição civil curiosa para aquele contexto e que nos instiga a pensar sua vida, marcada por transgressões frente a um contexto monárquico, escravocrata e patriarcal. A sua escrita abarca, em grande medida, suas próprias vivências de mulher, subjugada moralmente por ter sido solteira, professora, de classe modesta, que levantou questões emblemáticas no campo social e político de sua época.

O casamento, durante todo o correr do século XIX, era visto como única finalidade dada as mulheres, que se preparavam desde novas. As famílias buscavam por meio de arranjos familiares e acordo entre os pais, manterem as linhagens sociais. Mulheres eram consideradas aptas para o casamento a partir de características como: doces, ternas, frágeis, recato, vaidosas, domésticas, sempre reclusas ao privado, etc., a imprensa corroborou por isso e vinha publicando notícias diversas que se legitimavam por práticas cotidianas diversas:

Mulheres insuportáveis para casamento e para a sociedade:
Mulher que presume formosa
Mulher que blasona em atirada
Mulher que conversa em política.
Mulher que morre por dançar.
Mulher que tem intimidade com beatas.
Mulher que gosta de línguas.
Mulher que passa letras e repete poesia.
Mulher que traça a perna para mostrar o pé bonito.
Mulher que assiste a enforcados e vai a leilões.
Mulher que fala muito em honra e em honestidade.
Mulher que chama sempre pelo diabo.
Mulher que conversa muito com a vizinhança.
Mulher quem abre a janela de noite para ver quem passa. [...].¹¹

Percebe-se a partir da publicação feita pelo periódico *A Marmota na Corte*, moldes e portes específicos ditados ao sexo feminino, legitimados pelos impressos que obtiveram grande circulação ao contexto. Em meio disso, nossa personagem pode ser vista indo no caminho contrário, no qual dentre as características elencadas, a mesma inseria-se na política,

não só falava como lecionava idiomas, inclusive em horários noturnos, foi escritora e professora, e por aí vai.

As questões aqui postas muito brevemente, nos fazem pensar Anna Rosa Termacsics dos Santos enquanto uma escritora que estava inserida no contexto do século XIX no Brasil, e em seus escritos, buscou questionar a situação que o seu sexo vivenciava, numa constante desigualdade de gênero. Atentamos neste trabalho para a sua obra *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar* por ser a única obra localizada por nós. Entretanto, deve ser destacado que outros escritos sob sua autoria foram publicados na imprensa periódica, especificamente no *Diário de Notícias*, no qual todos trazem como objetivo a pauta pela emancipação e participação feminina em questões do âmbito público.

Em vias de conclusão.

A edificação do cânone literário e a invisibilidade da escrita feminina durante o passar dos séculos foi aqui nosso foco de análise. Percebe-se a partir do exposto, que as mulheres, apesar da marginalidade, conseguiram colocar seus escritos em circulação, mesmo diante de todas as dificuldades postas naquela sociedade.

Anna Rosa Termacsics dos Santos, escritora do século XIX, ao escrever sua obra, *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, reivindicando direitos que para muitos pareciam imagináveis, inclusive para estudos contemporâneos, aparece enquanto um objeto de pesquisa de grande relevância histórica. Pensamos nossa crítica acerca da edificação do cânone literário, em virtude dos discursos dominantes no mundo intelectual, majoritariamente masculino, que corroborou por tal fato.

As incongruências de sua vida, também, são fatores relacionais com a sua imersão ao contexto oitocentista, no qual o sistema escravista incomodava mais do que a condição humana de escravos. Apesar de sua escrita abarcar uma literatura filantrópica que buscou tocar em questões sociais tão urgentes, como a escravidão, o despotismo dos monarcas, a crítica ao clero, etc., sua trajetória de vida demonstra-nos outras características de sua vida que devem ser analisadas frente às ideias e as relações sociais daquele contexto, no qual a escravidão era tida como legal e movimentava toda a economia do país.

Por fim, reforçamos que o nosso intuito não foi o de colocar a obra de Anna Rosa Termacsics dos Santos enquanto clássico, uma vez que isso se torna inviável devido ao seu grande desconhecimento hoje, mas sim questionar por que ela não poderia ter virado um clássico literário? Nosso trabalho buscou caminhar para formular uma crítica contundente ao cânone literário, como uma tentativa de inserção das mulheres no mesmo, uma vez que, independente de contextos, diversas vinham escrevendo e pondo suas obras para serem lidas.

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Maria da Conceição P. *Tramas femininas na imprensa do século XIX: Tessituras de Ignêz Sabino e Délia*. Tese (Doutorado em Letras), Porto Alegre: Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Helena*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc Editores, 1959.

_____. *Iaiá Garcia*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. Editores, 1959.

A Marmota na Corte. Rio de Janeiro: 1849.

CALVINO, I. Por que ler os clássicos. In: Por que ler os clássicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CHARTIER, Roger. O mundo como Representação. *Revista Estudos Avançados*, v.11, n.05, 1991, p.173-191. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=pt&tlng=pt Acesso em: 28 setembro, 2017.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOUGES, Olympe. *Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã*, 1791.

DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta, vida e obra*. Natal: UFRN, 1995.

FLORESTA, Nísia. *Direito das Mulheres e injustiças dos homens*. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

_____. *Opúsculo Humanitário*. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

JORNAL DO COMMÉRCIO, Rio de Janeiro, 1857.

MUZART, ZahidéLupinacci. *Escritoras Brasileiras do século XIX: antologia*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: Silva, Zélia Lopes (orgs.). *Cultura Histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995. Disponível em: http://historiacultural.mpbnet.com.br/artigos.genero/margareth/RAGO_Margareth-as_mulheres_na_historiografia_brasileira.pdf Acesso em: 13 agosto, 2017.

_____. Epistemologia feminista, gênero e história. In: Pedro, Joana; Grossi, Mirian (orgs.). *Masculino, feminino, Plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. Disponível em: http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf Acesso em: 19 novembro, 2017.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

ROUSSEAU. Jean Jacques. *O contrato social*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SANTOS, Anna Rosa Termacsics. *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*. Rio de Janeiro: Typografia Paula Brito, 1868.

STOWE, Harriet B. *A Cabana do Pai Tomás*. São Paulo: Clube do Livro, 1969.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos Direitos da Mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016.

Notas:

²Alguns dicionários, sobre homens e mulheres, que se destacaram no contexto oitocentista, foram publicados e são hoje fontes importantes para compreensão do mundo literário daquele período, destacando sujeitos que conseguiram se destacar e permanecerem na lembrança histórica.

³ Conceito utilizado por Reinhart Koselleck.

⁴ O exemplo mais clássico é da francesa George Sand.

⁵Ângela Davis, em sua obra "*Mulheres, Raça e Classe*", nos fala sobre as mulheres escritoras americanas do contexto oitocentista, demonstrando-nos que muitos de seus escritos contribuíram para fazer com que a educação feminina fosse levada à frente, uma vez que necessitava de dinheiro para se manterem, devido ao pouco ou inexistente apoio do Estado. Harriete B. Stowe é um exemplo que pode ser elencado. Mais informações, ver em: DAVIS, Ângela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

⁶ Obra adquirida por uma importadora de livros americanos. Segundo informações da instituição britânica, passadas a nós via trocas de e-mails, nada sabe-se sobre a autoria do impresso adquirido em 1869.

⁷ A obra veio a ser digitalizada pela USP posterior ao nosso pedido de envio da mesma digitalizada para desenvolvermos uma pesquisa histórica.

⁸ Disponível em: <https://blog.bbm.usp.br/2015/tratado-sobre-a-emancipacao-da-mulher-uma-feminista-no-brasil-de-1868-2/> Acesso em 15 agosto 2015.

⁹ Seus anúncios foram oferecidos anualmente nas páginas do Almanak Laemmert (Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>), bem como nos anúncios dos jornais diários que circularam na corte carioca durante todo o século XIX.

¹⁰ A mudança de sua família para o Brasil em 1828 foi anunciada na imprensa paulista. Seu pai foi um comerciante de vinhos que se instala inicialmente em Tatuapé, o mesmo é descrito como um homem distinto,

com formação ilustrada e literária, além de grande conhecedor de idiomas, o que segundo a imprensa, o diferenciava dos estrangeiros “imorais” e “vadios” que no Brasil se instalavam.

¹¹A *Marmota na Corte*. Rio de Janeiro. N.29, 14 dezembro de 1849.